

Multinacional na saúde só onde serviço for deficiente

O funcionamento de firmas estrangeiras que prestam serviços médicos assistenciais no Brasil só será permitido em locais onde a iniciativa privada nacional for considerada inexistente ou insuficiente, de acordo com o principal trecho do anteprojeto disciplinando a entrada das multinacionais no setor de Saúde do País, que os ministros Waldyr Arcoverde, da Saúde, e Jair Soares, da Previdência Social, encaminharam ao ministro Ernesto Galvés, da Fazenda. Independente da existência desse anteprojeto, os médicos de todo o País dão seqüência à luta contra a intermediação lucrativa na assistência médica e contra a penetração das multinacionais na área de Saúde, paralisando suas atividades hoje, no Dia Nacional do Protesto Médico.

O Movimento Nacional de Renovação Médica, liderado em São Paulo pelo Sindicato dos Médicos e Conselho Regional de Medicina, reunirá várias entidades médicas que participarão, às 15h30, de um debate sobre a questão com a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, enquanto cerca de 20 palestras estarão ocorrendo nos bairros. Além disso, já estão sendo distribuídos na Capital 50 mil folhetos relatando o que é a assistência médica de convênios e como fazer para ter melhor atendimento das empresas desse tipo.

O Movimento Nacional de Renovação Médica também está distribuindo uma carta aberta à população, na qual explica que a penetração das multina-

cionais na área de assistência médica "não é acidental, e sim consequência da política de convênios da Previdência Social, que permite o repasse das contribuições previdenciárias para o setor privado".

Acrescenta o documento que, "com esta finalidade, alterou-se o texto da Lei nº 6.435, permitindo a exploração da assistência médica com fins lucrativos, o que gerou as chamadas empresas de 'medicina de grupo', que agora passam às mãos das multinacionais". O texto chama atenção para o fato de que as multinacionais "irão forçar a redefinição da política de assistência médica em seu favor e em prejuízo da saúde da população e de todos que trabalham nesta área".

O presidente regional do Sindicato dos Médicos no Vale do Parába, Paulo Werneck, justificou ontem, em Taubaté, a realização hoje do Dia Nacional do Protesto Médico, lembrando que a "saúde pública também é uma área essencial à segurança nacional e que está sendo invadida por empresas estrangeiras, cuja penetração coincide com a mais séria crise de assistência médica que o País atravessa". Por isso, a classe paralisará suas atividades em consultórios particulares, atendendo apenas os segurados do Inamps e os casos de urgência.

"Trata-se de uma terrível coincidência — assinalou Werneck. Entretanto, não podemos esquecer que a entrada das empresas estrangeiras no setor de atendimento médico-hospitalar ocorre justamente quando os

hospitais públicos sofrem restrições de verbas e os hospitais privados estão descapitalizados, em decorrência do baixo preço cobrado pelas diárias, dos constantes atrasos de pagamentos e também de sistemáticas e inexplicáveis glosas por parte do Inamps." Além disso, ressaltou que os salários e honorários dos médicos e demais profissionais de saúde estão "aviltados e, a cada dia que passa, sofrem maiores deteriorações".

Para Werneck, "mais do que um simples protesto contra as empresas estrangeiras que invadem o descapitalizado setor médico-hospitalar do País, o dia de hoje é um alerta às autoridades contra a péssima saúde do povo diante das incontroláveis epidemias perfeitamente controláveis, como a meningite e a poliomielite, sem falar no assustador índice de mortalidade infantil".

No Rio Grande do Sul, aproximadamente 8.500 médicos paralisarão completamente suas atividades hoje, suspendo consultas e transferindo operações cirúrgicas, atendendo apenas os casos de maior gravidade e cirurgias de urgência, para participar do Dia Nacional de Protesto. Os trabalhos estão sendo coordenados por uma comissão integrada por representantes da Associação Médica Riograndense (AMRIGS), do Sindicato Médico do Estado, Associação dos Hospitais, Conselho Regional de Medicina e da Unimed, e prevêem uma extensa pauta de atividades a ser cumprida durante todo o dia.

Às 10 horas, a comissão que coordena o protesto comparecerá à Assembléia Legislativa para um contato com os deputados estaduais e explicar a posição da classe sobre a entrada de multinacionais na área de Saúde. Durante todo o dia, os médicos gaúchos se concentrarão em suas entidades e, à noite, também na Assembléia, farão outra concentração para tratar do mesmo assunto. Não está programado o lançamento de manifestos ou carta-aberta. Sobre a afirmação do ministro Jair Soares, da Previdência Social, de que o protesto é desnecessário porque o governo tem pleno conhecimento da situação, o vice-presidente da AMRIGS, Paulo Evangelista, frisou que "o governo sabe, só que até agora não fez nada para mudar a situação".

Enquanto isso, continua no Ministério da Fazenda o anteprojeto que disciplina a entrada de multinacionais no setor de Saúde. Entre outras medidas, ele proíbe o uso do sistema leasing por parte das empresas estrangeiras e propõe uma severa regulamentação sobre sua adição por firmas nacionais, para evitar a continuidade de subemprego médico no País. Está também prevista no documento a concessão de poderes especiais aos Ministérios da Saúde e Previdência Social — os dois órgãos que deverão traçar normas para assegurar a fiscalização e o maior controle sobre a atuação das multinacionais, que agem tanto no meio da assistência médica como no de seguro saúde.